



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2024 FECDOJ



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, junho de 2025



SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	07
3	FINALIDADE	07
4	COMPETÊNCIAS	07
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
6	AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	09
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	42
8	RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO NO PPA EM 2024	57
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	68
10	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	70



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 DESCRIÇÃO GERAL

O Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FECDOJ), dotado de personalidade jurídico-contábil e sujeito a escrituração contábil própria, foi instituído por meio da Lei nº 16.273, de 20 de junho de 2017, com finalidade exclusiva o pagamento das despesas com diligências dos Oficiais de Justiça.

Constituem receitas do FECDOJ:

I - créditos consignados no orçamento do Poder Judiciário e em leis específicas;

II - créditos provenientes de convênios realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com a Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública, cujo objeto seja o repasse de valores para o custeio das despesas com o cumprimento de mandados provenientes de ações abrangidas pela isenção de despesas processuais e beneficiários da justiça gratuita;

III - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo;

IV - o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

V - 100% (cem por cento) da arrecadação do Ressarcimento de Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O FECDOJ foi regulamentado por meio da Portaria nº 1208, de 21 de julho de 2017, que, dentre outras disposições, instituiu o Conselho Gestor do Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com as seguintes competências (art. 5º, § 1º da mencionada Portaria):

I - Acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos do Fundo, propondo um plano de aplicação dos recursos do Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

II - Analisar e aprovar, anualmente, a proposta orçamentária para o custeio integral das despesas de diligências, e contabilizar a integralidade dos mandados cumpridos pelos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará;



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

III - propor medidas para fiscalização e melhoria da arrecadação dos valores necessários ao ressarcimento das despesas de Custeio das Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

IV - propor convênios a serem firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com outras entidades para o custeio integral das despesas de diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos, vedada a reeleição. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 127 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais - Família, Cível, Fazenda Pública, Crime, Júri, Execução Fiscal, Crimes Contra a Ordem Tributária, Falência, Registro Público, Delitos de Tráfico de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Pena Alternativa, Infância e Juventude, Execução Penal e Auditoria Militar, por exemplo, além da Secretaria Judiciária de 1º Grau, criada pela Lei nº 16.905/2019, vinculada ao Tribunal de Justiça.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Ao todo, são 106 Comarcas Sede e 408 unidades judiciárias instaladas, conforme Perfil do Judiciário - fevereiro de 2025. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.



1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 29 Juizados Especiais, sendo 20 cíveis, 05 da fazenda - ações até 60 salários-mínimos e 04 criminais, além do Juizado Móvel, que trabalha em casos de acidentes de trânsito. Já no restante do Estado, outras 11 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais são encontradas nas comarcas de Caucaia 02, Crato 01, Iguatu 01, Juazeiro do Norte 02, Maracanaú 01, Quixadá 01, Sobral 02 e Tauá 01, consoante Perfil do Judiciário - janeiro de 2024.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por quatro unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo duas delas provisórias com vistas a esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar justiça no Ceará*”.

3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

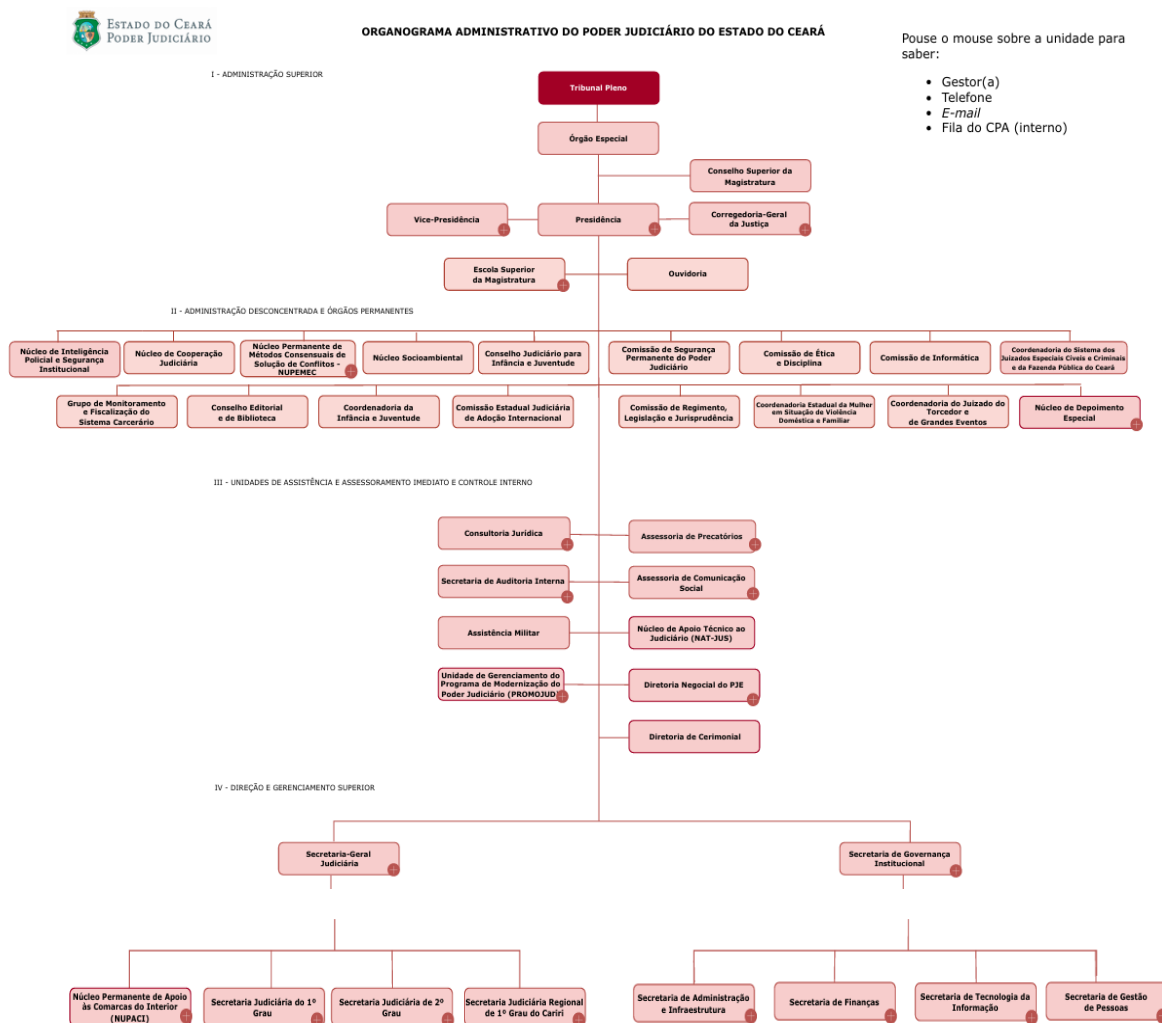
As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, alterada pela nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão html, no seguinte endereço: organograma_poder_judiciario_ceara.html (tjce.jus.br).





AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O Plano Estratégico do TJCE 2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria-Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Secretarias-Gerais Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia Balanced Scorecard, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Figura 1 – Mapa estratégico TJCE 2030



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça no Ceará.

II - Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Diálogo com a sociedade;
- Humanização e empatia;



- Ética;
- Acessibilidade;
- Inovação;
- Excelência nos trabalhos; e
- Sustentabilidade.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

a) Sociedade e Beneficiários:

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;
5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

b) Processos Internos:

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

c) Recursos, Aprendizado e Crescimento:

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;
4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
8. Aprimorar a gestão de pessoas.

V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico TJCE 2021 – 2030)

Indicador 01: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), sentença/magistrado e sentenças por casos novos.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	0 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	1	1	2	2	3
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 02: Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE	
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.
Descrição do indicador	Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

	sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	56,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	58,0%	62,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 03: Efetividade da Gestão do TJCE

Objetivo Estratégico	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede o custo médio do processo judicial.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(Custo total anual do TJCE deflacionado / Casos finalizados no ano) Casos finalizados = processos baixados Custo total anual do TJCE deflacionado = Total de despesas empenhadas/(1+IPCA acumulado)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	R\$ 3.349,00 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 2.929,47 (dois mil novecentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos) até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	R\$ 3.293,00	R\$ 3.364,00	R\$ 3.160,89	R\$ 3.024,87	R\$ 2.929,47
Gestor das Metas	Secretaria-Geral Administrativa					

Indicador 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.					
Descrição do indicador	Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[(THPPa-THPPaa)/THPPaa] x 100 THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	50.522 acordos processuais e pré-processuais firmados em 2021 8,6% (acrécimo de 2018-2019, período anterior a pandemia)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré processuais em relação ao ano de 2021.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0 (75.783)
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 05: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	70,10% (2020)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 56,80%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,93%	68,73%	65,23%	62,63%	59,80%	56,80%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Indicador 06: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data-base de cálculo, desconsiderando os suspensos, sobrestados e em arquivo provisório bem como os períodos em que os processos permaneceram em tais situações.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	De acordo com metodologia do indicador de “Tempo médio dos processos pendentes líquidos” do CNJ e parametrização do Datajud					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1092 (2023)					
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 800 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	900	850	800
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 07: Índice de cumprimento das Metas Nacionais						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Somatório (número de metas cumpridas x respectivo peso) / somatório dos pesos] x 100 Sendo: Meta 1 e Meta 2 = peso 2 Demais metas = peso 1					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	50,0% (2022)					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Descrição da Meta	Alcançar 95,0% de cumprimento das metas do CNJ até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	65,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 08: Índice de desempenho no prêmio CNJ Qualidade						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ/ Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	59,4% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 75,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ Qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	60,0%	65,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 09: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “comunicação com a sociedade” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	61,6% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	63,0%	72,0%	73,0%	74,0%



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social
------------------	----------------------------------

Indicador 10: Índice de satisfação com o atendimento						
Objetivo Estratégico	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	66,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 84,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68,0%	70,0%	82,0%	83,0%	84,0%
Gestor das Metas	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 11: Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal						
Objetivo Estratégico	Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes.					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio dos processos pendentes de julgamento (com base na data da primeira distribuição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de dias entre a primeira distribuição e a data de referência / total de processos pendentes de julgamento					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1.571 (2022)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, o tempo médio de processos pendentes de julgamento para 1.280 dias					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-5% 1.492 dias	-5% 1.418 dias	-5% 1.347 dias	-5% 1.280 dias
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Indicador 12: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
Descrição do indicador	Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\left(\frac{\text{CnCNCrimJE}}{\text{CnCNCrimJE} + \text{CnCNCrim1}^\circ} \right) \times 100$ <p>Onde:</p> <p>CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais</p> <p>CnCNCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não Criminais</p>					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	31,6% (2022)					
Descrição da Meta	Aumentar para 35,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	32,0%	33,0%	34,0%	35,0%
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 13: Tempo médio de tramitação da ação penal						
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal					
Descrição do indicador	Mede Tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal (classes 282, 283, 1033, 1317, 10943, 10944, 11037, 11528) e a data-base de cálculo (último dia do mês de medição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa / Total de Ações Penais Pendentes de Baixa					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Linha de base	1.707 (2023)					
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.100 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	1.500	1.300	1.100
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 14: Índice de conformidade da estrutura física e mobiliários						
Objetivo Estratégico	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de aderência aos padrões técnicos obrigatórios e de usabilidade de infraestrutura física e de mobiliários.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	$[(\text{Índice de conformidade da estrutura física} \times 3 + \text{Índice de conformidade dos mobiliários} \times 1)/4] \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	57,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 85% de aderência de padrões técnicos de usabilidade de infraestrutura física e mobiliários.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	65%	70%	75%	80%	85%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

Indicador 15: Índice de recursos aplicados em investimentos	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos próprios do Fermoju, do Funseg e de recursos oriundos de fontes do Tesouro Estadual (excetuando aqueles pagos em folha) bem como os decorrentes de operação de crédito, aplicados em investimentos.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	$[\text{Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos} / \text{Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção +$



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

	investimentos)] x 100 Obs: Com Recursos do Promojud + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
Linha de base	12,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	15%	17%	19%	21%	23%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 16: Índice de incremento da arrecadação corrente						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
Descrição do indicador	Mede o grau de incremento das receitas correntes oriundas do Fermoju, Funseg e Fecdoj em relação à arrecadação do ano anterior.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[(Receita corrente arrecadada ano corrente / Receita corrente arrecadada ano anterior) - 1] x100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 172.538.120,05 (2021)					
	R\$ 136.468.452,21 (2020)					
Descrição da Meta	26,4% (incremento de 2021 em relação a 2020)					
	Alcançar até 2026, 20,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	10%	10,0%	10,0%	20,0%
		R\$ 258.807.180,08	R\$ 284.687.898,08	R\$ 313.156.687,89	R\$ 344.472.356,6	R\$ 413.366.828,0
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Indicador 17: Índice de governança do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos concedidos / Total de pontos possíveis) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	75,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 95,0% de pontos possíveis no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	77,0%	82,0%	90,0%	90,0%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 18: Índice de satisfação com a comunicação interna						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	75,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81,0% de satisfação com a comunicação interna.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 19: Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário	
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital
Descrição do indicador	Mede o percentual de progresso financeiro dos produtos contemplados no



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

	Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	(Orçamento executado no período / orçamento total do Promojud) x 100					
Responsável pelos dados	Unidade de Gerenciamento do Promojud					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Executar 100,0% do Promojud até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	21%	36,0% (execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0% (execução de 33,0% do orçamento no ano)	88,0% (execução de 19,0% do orçamento no ano)	100,0% (execução de 12,0% do orçamento no ano)
Gestor das Metas	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

Indicador 20: Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos requisitos de segurança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) presentes nos normativos correlatos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\frac{(\text{Valor de atendimento da N1} + \text{Valor de atendimento da N2} + \dots + \text{Valor de atendimento da Nn})}{(\text{Somatório do valor máximo de cada norma})} \times 100$ N = normativo de segurança da informação					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	48,5% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 21: iGov-TIC-JUD



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Objetivo Estratégico	Índice de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD)					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no iGov-TIC-JUD que avalia o nível de maturidade e competência em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 370/2021)					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado do TJCE no questionário iGov-TICJUD, divulgado anualmente pelo CNJ					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	92,01% (2023)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 96,0% no iGov-TIC-JUD.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	94,0%	95,0%	96,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 22: Índice de aprimoramento de magistrados

Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 20h de formação em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 20h de capacitações credenciadas pela ENFAM / nº total de magistrados) x 100					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	37,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 46,0% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 20h de formação.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38,0%	43,0%	44,0%	45,0%	46,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Indicador 23: Percentual de servidores capacitados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Frequência de medição	Bimestral					
Como medir	(Número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	16,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 40,0% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	20,0%	25,0%	30,0%	35,0%	40,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 24: Índice de clima organizacional						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	(Número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	78,7% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	81,0%	-	84,0%	-	87,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

**Indicadores publicados na Portaria nº 846, de 29 de maio de 2024.*



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

V - Resultados do Plano Estratégico 2021–2030 (referência dezembro/2024):

Nº	Indicador	Meta 2024	Resultado 2024	Evolução
1	Posicionamento do Tribunal de Justiça do estado do Ceará entre os tribunais do país	2	2	
2	Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE	72,0%	74,4%	
3	Efetividade da Gestão do TJCE	R\$3.160,89	R\$2.642,00	
4	Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais	30%	57,1%	
5	Taxa de congestionamento	62,6%	61,2%	
6	Tempo médio de pendentes líquidos duração dos processos	900 dias	718 dias	
7	Índice de cumprimento das Metas Nacionais	95%	54,6%	
8	Índice de desempenho no Prêmio CNJ Qualidade	75%	70,3%	
9	Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	72%	71,1%	
10	Índice de satisfação com atendimento	82%	87,6%	
11	Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal	1.418 dias	1.837 dias	
12	Índice de participação dos juizados especiais nas demandas do Poder Judiciário	33%	31,6%	
13	Tempo médio de tramitação da ação penal	1.500 dias	1.548 dias	
14	Índice de conformidade da estrutura mobiliários física e	75%	66,6 %	
15	Índice de recursos aplicados em investimentos	19%	29,1%	
16	Índice de incremento da arrecadação corrente	10%	2,6 %	
17	Índice de governança do Judiciário	90%	87,90%	
18	Índice de satisfação com a comunicação interna	79%	77,6%	



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

19	Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário	69%	64,2%	
20	Índice de conformidade com as políticas de TIC	70%	76,7 %	
21	iGov-TIC-JUD	94%	90,5%	
22	Índice de aprimoramento de magistrados	44%	50,3%	
23	Percentual de servidores capacitados	30%	34,3%	
24	Índice de clima organizacional	84%	81,8%	



Meta com cumprimento igual ou maior que 100%



Meta com cumprimento de 90,01% até 99,99%



Meta com cumprimento de 70,01% até 90%



Meta com cumprimento de 0% até 70%

Total: 24 indicadores e 11 Metas cumpridas, com resultado igual ou maior a 100%.

VII – Avaliação e Medição de Projetos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Governança Institucional (SEGOV), o qual foi criado por meio do art. 6º da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011.

Institucionalmente, os profissionais que se envolvem diretamente no gerenciamento de projetos são:

-Em projetos do Programa de Modernização do Judiciário Estadual (Promojud): Patrocinador(a)-Geral, Patrocinador(a) de Componente, Cogestor(a), Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos e Líder Técnico(a);



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

-Nos demais projetos do portfólio: Gerente de Projetos e Patrocinador(a).

No âmbito do Promojud, a Resolução do Órgão Especial nº 09/2021 versa sobre seu sistema de governança e estabelece as principais atribuições dos atores envolvidos diretamente na execução do programa, parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que destina US\$ 35 milhões para promover uma mudança profunda e estrutural na Justiça do Ceará, com foco na transformação digital.

Para os demais projetos do portfólio, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o(a) patrocinador(a) é aquele(a) que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do(a) gerente de projetos.

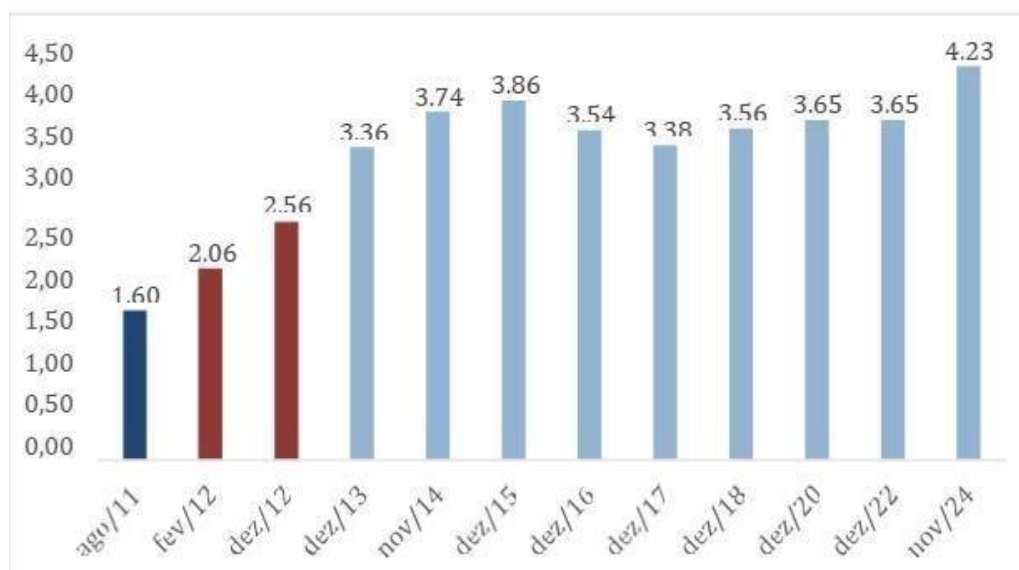
Já as atribuições do Escritório Corporativo de Projetos, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os agentes de projetos na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

Para avaliar e medir a sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais, o TJCE adota o modelo Prado-MMGP. O resultado geral da avaliação de maturidade no ano de 2024 foi 4,23 (Gráfico 1), estando enquadrada no nível 4 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário em que se está praticando de forma eficiente e eficaz o modelo implementado no nível 3 (com estrutura organizacional adequada, uso de metodologia padrão, informatização e alinhamento da estratégia institucional com os projetos estratégicos). A análise da maturidade é feita pelo Escritório Corporativo de Projetos a cada dois anos e a próxima será realizada no final de 2026.

Gráfico 1 - Evolução da maturidade em gerenciamento de projetos (níveis 1 a 5)



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ



Fonte: Secretaria de Governança Institucional

O quadro a seguir apresenta o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2023-2025 relacionados ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O portfólio de projetos da Gestão é composto por 21 projetos estratégicos e em dezembro de 2024 todos estavam em execução.

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2023-2025 em execução em dezembro de 2024.

Unidade	Projeto	Entregas/status	Previsão de término/ Planejamento
Secretaria de Administração e Infraestrutura	Plano de Obras	1. Reforma da ESMEC 2. Reforma do Fórum de Beberibe 3. Remanescente da reforma do Fórum de Crato 4. Reforma do Fórum de Araripe 5. Reforma do Fórum de Marco 6. Reforma do Fórum de Jaguaribe 7. Reforma do Fórum de Quixadá 8. Reforma do Fórum de Ipueiras	07/06/2030 Planejamento Completo



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		<ol style="list-style-type: none">9. Reforma do Fórum de Jaguaruana10. Reforma de 04 salões do Júri - FCB11. Projeto de acessibilidade vertical FCB12. Reforma do Fórum de Acopiara13. Reforma do Fórum de São Benedito14. Projeto de arquitetura e instalações para requalificação do FCB15. Construção do novo do Fórum de Icó16. Construção do novo do Fórum de Quixeramobim17. Construção do novo do Fórum de Cascavel18. Construção do novo do Fórum de Aracati19. Reforma do Fórum de Jucás20. Construção do novo Fórum de Nova Olinda21. Reforma do Fórum de Jardim22. Construção do novo Fórum de Milagres23. Reforma do Fórum de Juazeiro do Norte24. Reforma do Fórum de Caucaia25. Reforma do Fórum de Tianguá26. Reforma do Fórum de Eusebio27. Reforma do Fórum de Maranguape28. Construção do novo Fórum de Guaraciaba do Norte29. Reforma do Fórum de Iguatu30. Reforma do Fórum de Barbalha31. Reforma do Fórum de Campos Sales32. Construção do novo Fórum de Independência33. Construção do novo Fórum de Redenção34. Reforma do Fórum de Tabuleiro do NorteReforma do Fórum de Ipu35. Reforma do Fórum de Pereiro36. Reforma do Fórum de Itaitinga37. Reforma do Fórum de Sobral	
--	--	--	--



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		38. Construção do novo Fórum de Maracanaú 39. Reforma do Fórum de Massapê 40. Reforma do Fórum de Jijoca de Jericoacoara 41. Contratação por tipologia 42. Sistema de áudio e vídeo (SAV)	
Presidência	Inteligência artificial na prestação jurisdicional	1. Realização de evento para conhecer ferramentas de IA a nível nacional e levantamento de soluções 2. Contratação Consultor Individual 3. Integração ao CODEX e PDPJ 4. Piloto Precedentes: Identificação de temas e vinculação aos processos judiciais 5. Piloto Classificação de acervo por matéria 6. Piloto Predição de risco de revitimização em violência doméstica 7. Preparação de Plano de Manutenção 8. Desenvolvimento de sistema para utilização das entregas de IA 9. Expansão do Borna para os Juizados Especiais, para Gabinete de Desembargador e Cível Residual 10. Expansão Modelo Precedentes para o 1º Grau 11. Desenvolvimento de Módulo no Proteção na Medida para acompanhamento do Modelo (se os casos apontados como revitimização se concretizaram ou não) 12. Realização de estudos técnicos e testes para a identificação de novos modelos de IA 13. Piloto Transcrição de Audiências - TALIA 14. Piloto Agrupamento de Atos Judiciais - MIDAS 15. Piloto Prescrição Intercorrente (Execuções Fiscais e Comuns) 16. Piloto Prevenção e Conexão	17/03/2025 Planejamento Por fase
		1. Levantamento e Mapeamento dos fluxos de trabalho	



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Presidência	Implantação de solução tecnológica para gestão de recursos sob custódia	<ol style="list-style-type: none">2. Diagnóstico e Levantamento das Necessidades de Negócio3. Implantação da nova versão do SAPRE4. Migração dos processos do SAJSG para PJe (Precatórios)5. Absorção do sistema BANKJUS6. Demandas SAPRE (Adequações e Melhorias: Bloco 1)7. Levantamento e mapeamento das integrações SAPREBANKJUS-PJE8. Lista Ordenada para Pagamento de Precatórios - Acesso externo9. Adequações e melhorias no Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE)10. Integração SAPRE-PJE11. Integração SAPRE-BANKJUS12. Integração BANKJUS – PJE13. Integração BANKJUS – CAIXA	19/02/2025 Planejamento Por fase
Corregedoria Geral da Justiça	Aperfeiçoamento da gestão da arrecadação	<ol style="list-style-type: none">1. Identificação e modelagem dos processos das custas judiciais2. Diagnóstico dos procedimentos realizados na gestão da arrecadação3. Aprimoramento das Normas de Gestão e Controle da Arrecadação e Fiscalização4. Painel de controle dos créditos do TJCE encaminhados à PGE para cobrança5. Sistema de Custas Iniciais, Intermediárias e Finais integrado ao PJe6. Capacitação dos magistrados e servidores para a realização de inspeção extrajudicial ordinária anual7. Implantação do Painel de Monitoramento dos Cartórios	10/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		<ul style="list-style-type: none">8. Estudo da expansão do selo digital dos atos de balcão9. Implantação da solução tecnológica para Selo 14 - DUT Eletrônico10. Sistema de Gestão da Arrecadação (SGA) - 2ª Etapa11. Implantação da solução tecnológica para Selo 02 - Reconhecimento de Firma12. Implantação da solução tecnológica para Selo 03 – Autenticação	
Presidência	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho	<ul style="list-style-type: none">1. Contratação de consultoria individual - Desenvolvimento de Robôs (RPA/IPA)2. Contratação de Serviços de Consultoria em BPM3. Modelagem de fluxos - Processo de Modelagem e Desenvolvimento de Robôs4. Desenvolvimento de Robôs5. Contratação de Ferramenta RPA6. Contratação de Consultor Individual para o desenvolvimento de robôs7. Desenvolvimento de robôs para o Evento Convergência	14/03/2025 Planejamento Por fase
Secretaria de Planejamento e Gestão	Implantação da LGPD	<ul style="list-style-type: none">1. Estrutura de governança para implantação da LGPD2. Diagnóstico preliminar para implantação da LGPD & Implantação de Itens Prioritários3. Contratação da Consultoria especializada em implantação da LGPD e aquisição de soluções tecnológicas para Governança da Privacidade e Proteção de Dados4. Plano de Trabalho de Implantação da LGPD5. Plano de capacitação e conscientização6. Monitoramento7. Contratação de empresa de sustentação da	14/03/2025 Planejamento Completo



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		LGPD	
Secretaria-Geral Administrativa	Institucionalização e fortalecimento da cultura de inovação	<ol style="list-style-type: none">1. Criação do Comitê de Gestão da Inovação2. Estruturação de laboratório de inovação3. Contratação e acompanhamento da execução do contrato de consultoria em Design Thinking4. Contratação consultores individuais Designer gráfico (2 vagas)5. Contratação de consultores individuais Letras (2 vagas)6. Formalização da parceria com Laboratório Íris7. Plano de Capacitação em inovação do TJCE8. Implantação de ferramentas9. Promoção de ações para fortalecer a cultura de inovação10. Realização de oficinas de design thinking para projetos inovadores11. Hackathon de inovação12. Simplificação de 32 documentos (Núcleo 4.0; SEJUD 1º grau e SEJUD 2º grau)	11/02/2025 Planejamento por fase
Secretaria de Tecnologia da Informação	Modernização da infraestrutura tecnológica	<ol style="list-style-type: none">1. Levantamento e contratação das soluções prioritárias: - Webcam e caixas de Som - Solução de armazenamento de dados - Solução backup (Fitas) - Manutenção de servidores - Solução tecnológica de virtualização de servidores (Lotes 1 e 2) - Ampliação da solução de hiperconvergência - Solução tecnológica de backup - Serviços integrados para solução de colaboração - Computadores de alto desempenho (workstations) - Switches SAN - Notebooks - Computadores - Suporte técnico para os balanceadores de carga - Data Center - Switches de acesso - Licenças do Power BI Premium - Aquisição de computadores 2023 - Aquisição de notebooks 2023 -	26/02/2025 Planejamento Completo



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		<p>Conectividade de Núcleo (Switches) - Ferramenta de monitoramento PJE - Firewall pequeno - Links de contingência - Processamento de servidores para PJe - Processamento de servidores BD - Nuvem Microsoft - Serviço em Nuvem (CloudBroker) - Servidores de Hiperconvergência - Solução de Armazenamento (Storage) - IA Generativa - Serviços de Tecnologia para o Sistema PJe</p> <p>2. Contratação de empresa para desenvolvimento de aplicações</p>	
Secretaria de Tecnologia da Informação	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação	<p>1. Revisão das políticas de segurança da informação</p> <p>2. Revisão dos processos de trabalho de segurança da informação</p> <p>3. Levantamento das tecnologias disponíveis que podem ser aprimoradas</p> <p>4. Aquisição de Auditoria AD</p> <p>5. Aquisição de Firewall de Grande Porte</p> <p>6. Centro de Operações de Segurança (SOC)</p> <p>7. Aquisição de Antivírus</p> <p>8. Capacitação em Segurança da Informação</p> <p>9. Implementação de Itens dos Manuais/CNJ (Res. 396/2021 e Portaria 162/2021)</p>	25/02/2025 Planejamento Completo
Secretaria de Tecnologia da Informação	Arquitetura corporativa de sistemas e infraestrutura de TI	<p>1. Contratação de consultoria para auxiliar na identificação da arquitetura tecnológica necessária</p> <p>2. Diagnóstico da arquitetura corporativa</p> <p>3. Identificação de tecnologias para aprimoramento da prestação jurisdicional</p> <p>4. Contratação de consultor individual para avaliação de propostas e controle de qualidade do projeto</p>	05/03/2025 Planejamento Por fase
Secretaria de Gestão de	Programa de desenvolvimento	<p>1. Infraestrutura para gravação de aulas na Esmec</p> <p>2. Plano de capacitação dos servidores 2023 e</p>	11/03/2025 Planejamento



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Pessoas e Escola Superior da Magistratura	de pessoas	2024 3. Revisão do mapeamento de competências e desenvolvimento de trilhas de capacitação dos servidores relativas à transformação digital 4. Elaboração do mapeamento de competências e trilha de capacitação para magistrados 5. Contratação de MBA em Gestão Pública e Poder Judiciário 6. Sistema de gestão acadêmica da Esmec 7. Contratação MBA em Gestão Pública, Inovação e Poder Judiciário 2ª turma	Por fase
Secretaria de Gestão de Pessoas	Gestão de Mudanças	1. Contratação de empresa para capacitação das equipes dos projetos em Gestão de Mudanças 2. Capacitação da equipe dos projetos em Gestão de Mudanças 3. Plano Integrado de Gestão de Mudanças 4. Contratação de consultor individual Endomarketing 5. Vida em equilíbrio 6. Implantação da plataforma de saúde mental 7. Pesquisa de clima organizacional 8. Reestruturação da pesquisa 2025 9. Justiça pela mulher da Justiça	19/02/2025 Planejamento Por fase
Consultoria Jurídica	Solução tecnológica para busca integrada de jurisprudências	1. Diagnóstico da situação atual e das necessidades dos usuários 2. Análise das interseções entre os projetos Busca Integrada e Melhoria da Gestão Documental 3. Realização de estudos nas ferramentas de referência (Codex e Elasticsearch) 4. Definição do escopo da ferramenta em consonância às orientações do CNJ 5. Consulta de Jurisprudências TJCE - 2º Grau e Turma Recursal – Módulos de Consulta Simples e Avançada	12/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		<ul style="list-style-type: none">6. Integração de dados SAJ x SJURIS7. Aperfeiçoamento da Ferramenta de Cadastro e Pesquisa de Atos Normativos8. Implementação da Busca por Decisões Monocráticas e Súmulas no SJURIS9. Melhorias SJURIS	
Secretaria-Geral Administrativa	Soluções tecnológicas e humanização do atendimento	<ul style="list-style-type: none">1. Contratação de Consultoria para definição de modelos e planos para o Atendimento Humanizado2. Definição e Implantação de novo Modelo Humanizado e Inclusivo de Atendimento3. Qualificação do atendimento4. Criação de Balcão Virtual5. Implantação da CAJ MULHER6. Realização de eventos de sensibilização sobre o tema Humanização do Atendimento7. Implantação do balcão virtual no Teams8. Implantação do canal de atendimento dos magistrados9. TJCE Mobile10. Implantação da Central de Atendimento Interna Administrativa - CIAT11. Expansão das Centrais de Atendimento Judiciais - CAJs12. Contratação de palestrante para o evento Horizontes Humanos13. Implantação de Pontos de Inclusão Digital – PIDs	17/03/2025 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Judiciária	Fortalecimento das soluções consensuais de conflito	<ul style="list-style-type: none">1. Diagnóstico da situação pré-processual e processual2. Plano de Capacitação para ampliação do número de mediadores e conciliadores3. Formação complementar para servidores, magistrados, advogados demais conveniados	06/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		<p>4. Plano de Comunicação com mediadores e conciliadores</p> <p>5. Aprimoramento dos pagamentos (Conciliadores/ Mediadores e Facilitadores)</p> <p>6. Contratação de Empresa para o desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR</p> <p>7. Desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR</p> <p>8. Revisão da estrutura física para melhor prestação de serviços</p> <p>9. Realização de estudo sobre a Reestruturação Administrativa do CEJUSC de Fortaleza</p>	
Presidência	Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas	<p>1. Política de incentivo de oportunização para as mulheres implantada</p> <p>2. Implementação do repositório de mulheres juristas</p> <p>3. Aprimoramento do repositório de mulheres juristas</p> <p>4. Implementação de rede colaborativa para auxiliar na disseminação do programa</p> <p>5. Implementação de repositório de mulheres gestoras</p> <p>6. Execução de plano de melhorias para fortalecimento de lideranças femininas</p> <p>7. Criação de espaço online destinado à exposição de conteúdo relacionado ao programa</p> <p>8. Contratação de consultoria especializada em implantação de programas de lideranças femininas</p> <p>9. Realização dos serviços contratados junto à consultoria especializada</p> <p>10. Plano de implantação das ações apontadas pela consultoria</p> <p>11. Contratação de consultora individual especializada em promoção da equidade de gênero</p>	05/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Presidência	Fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica	<ol style="list-style-type: none">1. Criação do Núcleo de combate à violência doméstica - piloto Maracanaú (NUCEVID)2. Criação do protocolo de atendimento à vítima de violência3. Painéis de monitoramento dos indicadores relacionados à violência doméstica4. Institucionalização do Projeto "Proteção na Medida" no TJCE5. Integração com órgãos externos - Sistema de Gestão e Informações de Mulheres (SIGIM) – Vice Governadoria6. Criação de plataforma de apoio à mulher (rede de apoio e garantia de direitos)7. Justiça pela Mulher da Justiça	07/05/2025 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Administrativa	Otimização e modernização da Área Administrativa	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimoramento da Gestão Orçamentária2. Aprimoramento da Gestão Administrativa3. Implantação da Gestão Patrimonial4. Aprimoramento das contratações5. Implantação e evolução do ADMRH6. Implantação da gestão de custos7. Levantamento de necessidades e regras de negócio8. Implantação de soluções tecnológicas integradas para gestão administrativa9. Automação/Robotização dos processos administrativos10. Implantação do SEI	13/02/2025 Planejamento Por fase
Presidência	Aprimoramento do PJe - 4ª fase	<ol style="list-style-type: none">1. Evolução do Migrador – IP3; Configurações de Distribuição 1º grau Configurações de Distribuição 2º grau2. Fluxos de Tramitação - 1º e 2º grau Blocos 1: Cível Especializada - Execução de Título Extrajudicial	13/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		<p>Blocos 1: Cível Especializada - Revisional / Busca e Apreensão</p> <p>Blocos 1: Registros Públicos</p> <p>Bloco 2: Cível Comum</p> <p>Bloco 3: Família / Sucessões</p> <p>Bloco 4: Empresarial Rec Judicial</p> <p>Bloco 5: Infância e Juventude</p> <p>3. Fluxos Complementares</p> <p>Implantação Fluxos Pré Processual - Cejusc 1º grau</p> <p>Implantação Fluxos Processuais - Cejusc 1º grau (Débito técnico 3ª Fase)</p> <p>Implantação Prevenção Externa 1º grau (Débito técnico 3ª Fase)</p> <p>Implantação Prevenção Externa 2º grau (Débito técnico 3ª Fase)</p> <p>Implantação Fluxos Plantão 1º grau Implantação Fluxos Plantão 2º grau</p> <p>4. Soluções – PDPJ</p> <p>BNMP - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões</p> <p>5. Outras Soluções</p> <p>Integração das custas finais com sistema de gestão de custas (SGA)</p> <p>Integrações PJE x Bankjus</p> <p>6. Implantações e Migrações</p> <p>Blocos 1: Cível Especializada - Execução de Título Extrajudicial / Revisional / Busca e Apreensão / Registros Públicos</p> <p>Bloco 2: Cível Comum</p> <p>Bloco 3: Família / Sucessões</p> <p>Bloco 4: Empresarial Rec Judicial</p> <p>Bloco 5: Infância/ Juventude</p>	
--	--	--	--



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

		7. Atualização Nova Versão PJe 2.7.1.0 Planejamento Atualização Desenvolvimento e Homologação Implantação em Produção	
Presidência	Prêmio CNJ de Qualidade	1. Eixo Governança 2024 2. Eixo transparência 3. Eixo Dados e TI 4. Eixo Produtividade 5. Eixo Produtividade 6. Eixo Dados	19/12/2024 Planejamento Completo
Presidência	Cientista-Chefe	1. Sumarizador de Processos - SARA 2. Classificador de Assuntos 3. Classificador de Petição Inicial 4. Busca Ativa por Jurisprudência 5. Classificador de Documentos 6. Grafo de Legislação	10/03/2025 Planejamento Por Fase



INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

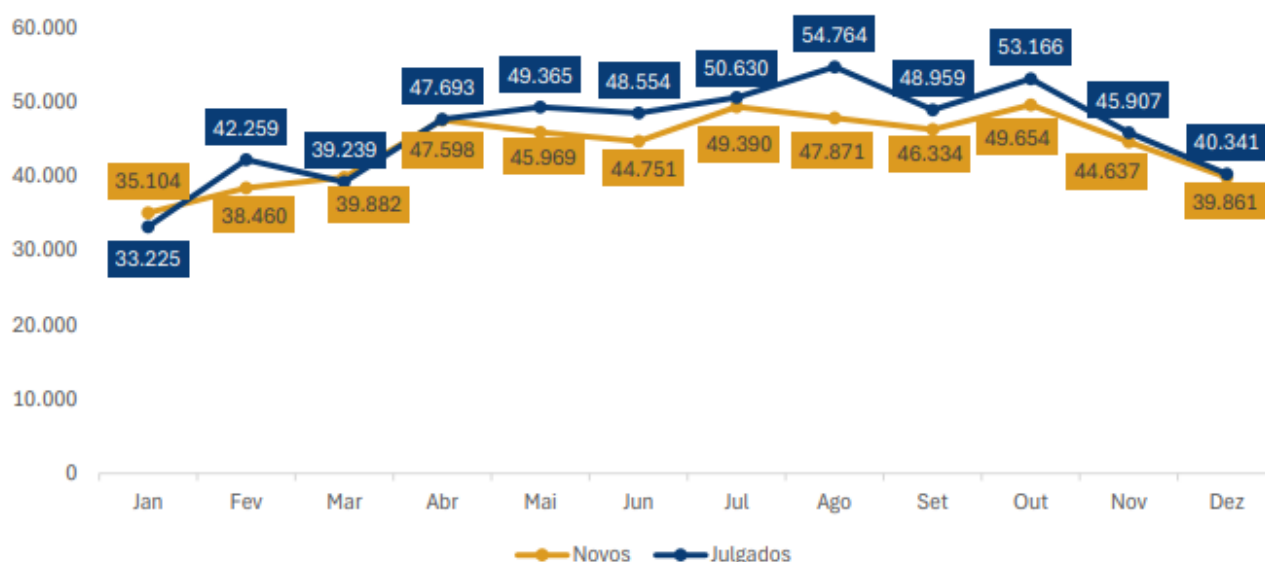
METAS NACIONAIS 2024

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluindo os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Segmento	Novos	Julgados	Cumprimento
1º grau	342.494	356.621	104,12%
2º grau	88.489	89.486	101,13%
Juizado Especial	74.114	80.950	109,22%
Turma Recursal	24.414	27.045	110,78%
TJCE	529.511	554.102	104,64%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2024, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais.

Segmento	Cumprimento	Cumprimento antigos
1º grau	105,08%	44,44%
2º grau	107,27%	72,15%
Juizado Especial	109,22%	60,00%
Turma Recursal	110,12%	100%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 3 – Estimular a conciliação

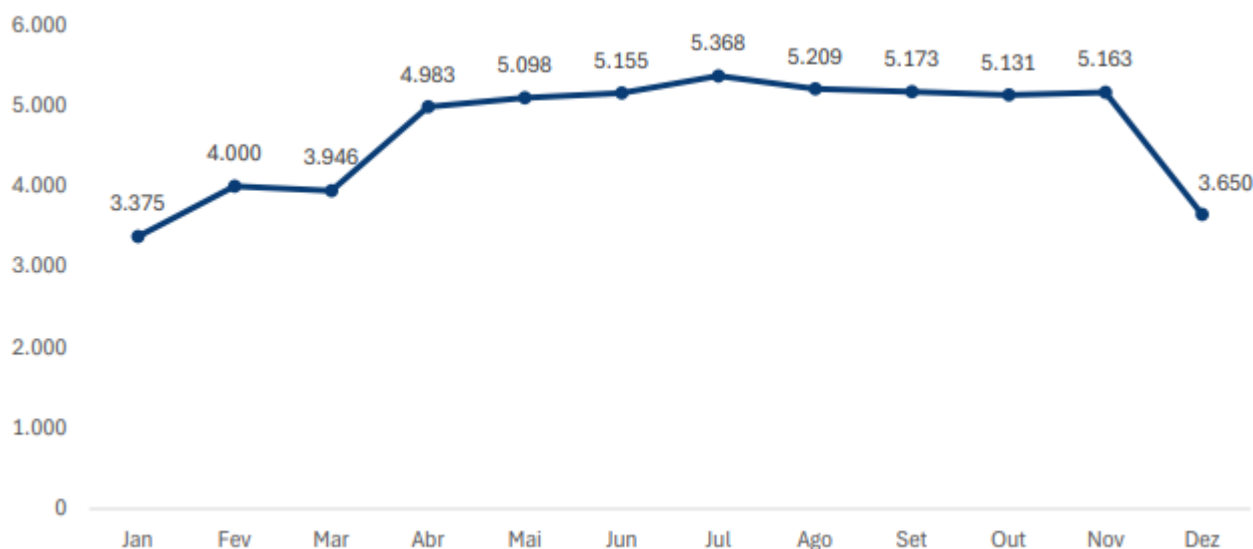
Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação

Tribunal	Conciliações realizadas	Índice de conciliação	Cumprimento
TJCE	56.251	16,78%	92,16%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2024 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2020, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Tribunal	Cumprimento
TJCE	127,55%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2023. Cláusula de barreira: 56%.

$$\text{Percentual de cumprimento} = \left(\frac{TCLC_{2023} - 0,005}{TCLC_{2024}} \right) * 100$$

TCLC – Taxa de congestionamento líquida de conhecimento

Tribunal	TCLC 2023	TCLC 2024	Cumprimento
TJCE	0,6165 (61,65%)	0,6001 (60,01%)	101,90%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres Identificar e julgar, até 31/12/2024, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022.

Meta 8	Cumprimento
Violência doméstica	89,32%
Feminicídio	92,23%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

*(AI+E-S) = AI: Acervo Inicial, E: Entrados totais e S: Saídos totais

Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030;

Tribunal	Cumprimento
TJCE	100,00%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Identificar e julgar, até 31/12/2024, 35% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2023.

Tribunal	Cumprimento
TJCE	144,82%



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 11 – Infância e Juventude

Identificar e julgar, até 31/12/2024, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias.

Segmento	Cumprimento
1º grau	86,41%
2º grau	97,04%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2024, com dados referentes ao ano de 2023.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, natureza (se processo de conhecimento ou execução) e recorribilidade. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ). Os valores referentes a 2023 foram retirados do Painel de Estatística do Justiça em Números do CNJ disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará.

Tabela 8 – Justiça em Números 2024 (ano-base 2023): Casos em Geral.

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	2023 (JN)
Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais	7.826
Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais	1.761
Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais	9.986
Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais	49.630
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	10.333
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	63.549
Recursos Internos no 2º Grau	107
Recursos Internos Julgados no 2º Grau	110
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	43
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	18.167
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	52.256
Decisões Terminativas de Processos Criminais no 2º Grau	20.921
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais no 2º Grau	66.410
1º GRAU – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	66.140
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	236.357
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	195.679
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	412.250
Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Criminais	85.732



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	240.470
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	84.753
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	260.499
Recursos Internos no 1º Grau	172
1º GRAU – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	31.495
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.020
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	6.202
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.847
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais	19.882
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	50.845
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	63.784
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	15.228
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	48.710
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais	47.528
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	43.509
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.067
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	2.983
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	6.861
Total de Processos Baixados de Execução Judicial, exceto execuções penais	23.808
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	44.058
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, exceto em execuções fiscais	11.228
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	2.253
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	5.396
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execuções penais	30.672
TURMA RECURSAL	
Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Criminais	40



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Não-criminais	298
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Criminais	225
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Não-criminais	20.579
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	220
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	24.849
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	206
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	21.028
Decisões Terminativas de Processos Criminais nas Turmas Recursais	229
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais nas Turmas Recursais	24.313
Recursos Internos nas Turmas Recursais	115
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	81
Recursos Internos Julgados nas Turmas Recursais	96
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	6.415
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	61.238
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	11.914
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	47.485
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	8.878
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	66.085
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	10.806
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	62.402
Recursos Internos nos Juizados Especiais	229
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais	-
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.299
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais nos Juizados Especiais	3.290



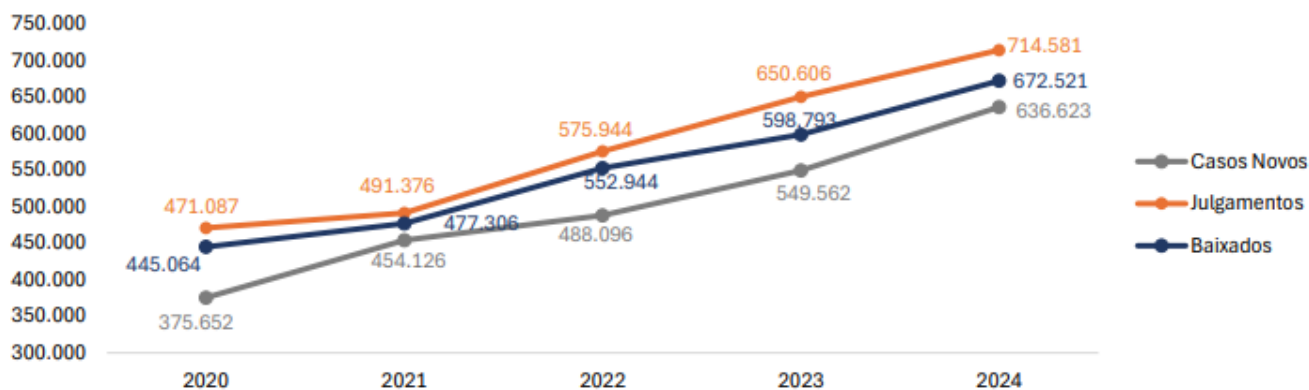
Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.592
Casos Pendentes de Execução de Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais nos Juizados Especiais	7.631
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.239
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	4
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	9.500
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.013
Sentenças em Execução Judicial de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	5
Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	18.648

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2024, com os respectivos aumentos/reduções com relação a exercícios anteriores:

Novos x Julgados x Baixados – TJCE



Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Tabela 9 – Evolução dos pendentes, casos novos, julgados e baixados 2022-2024.

Instância	Pendentes			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
1º Grau	816.242	834.024	938.491	327.521	379.943	425.331	377.340	438.859	461.110	362.687	414.430	451.704
2º Grau	75.745	73.882	74.297	68.382	69.235	88.185	78.568	87.331	105.860	64.175	70.423	89.417
Juizados Especiais	75.060	74.622	89.266	69.564	79.242	98.508	92.074	99.874	117.237	75.697	92.706	103.621
Turmas Recursais	25.136	25.069	19.885	22.618	21.142	24.599	27.812	24.542	30.374	40.575	21.234	27.779

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela 10 – Carga de Trabalho e Número de Sentenças/Decisões por Magistrado do TJCE – 2022 – 2024.

Instância	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

1º Grau	3.276	3.807	3.968	1.040	1.338	1.299
2º Grau	2.644	2.833	3.736	1.482	1.712	2.076
Juizados Especiais	872	1.261	1.490	529	751	875
Turmas Recursais	2.871	2.582	2.852	1.209	1.363	1.599
Média Geral	3.349	3.670	4.231	1.221	1.485	1.631

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela 11 – Casos Novos e Produtividade por Servidor da Área Judiciária do TJCE – 2022-2024.

Instância	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
1º Grau	78	88	99	90,76	95,69	104,62
2º Grau	147	125	159	137,42	127,58	161,44
Juizados Especiais	173	203	252	193,1	237,71	265,45
Turmas Recursais	691	440	512	1.229,55	442,38	578,13
Média Geral	96	103	119	110,68	102,53	126,05

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

A taxa de congestionamento (TC) mede o percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Neste caso, os pendentes são dados pela soma dos pendentes de baixa e os suspensos. Assim, a TC mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Tabela 12 – Evolução da Taxa de Congestionamento 2022-2024.

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2022	2023	2024
1º Grau	68,66%	66,80%	67,51%
2º Grau	54,13%	51,20%	45,24%
Juizados Especiais	49,79%	44,60%	41,87%
Turmas Recursais	38,25%	54,14%	47,44%

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

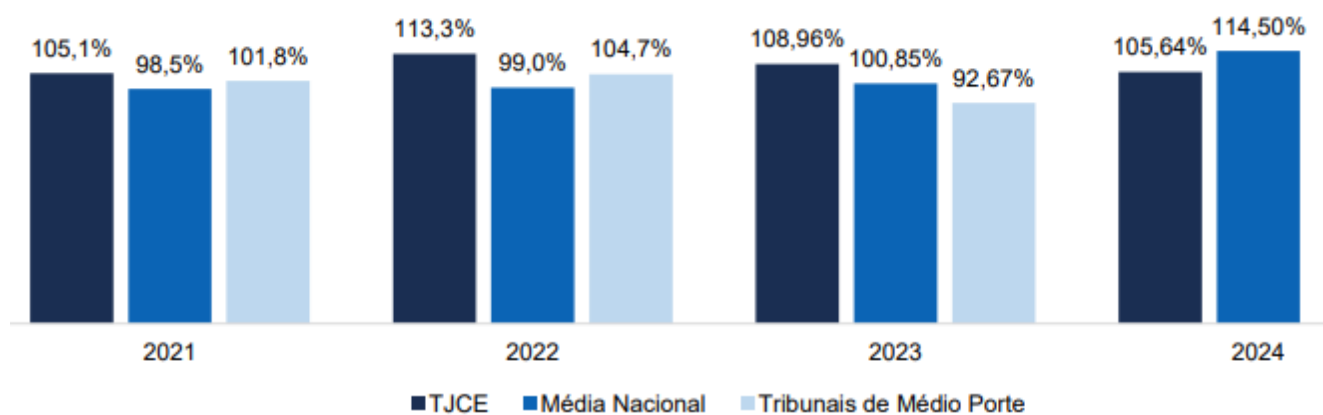
Já o Índice de Atendimento a Demanda (IAD) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos (Baixas/CN), retratando o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O IAD permite verificar se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. Sendo assim, o ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento de casos pendentes.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

IAD (Baixas/CN)



Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>



RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO NO PPA EM 2024

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2024 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “1.9–Segurança Pública e Justiça” do Eixo “1–O Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2024-2027)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seu programa temático de governo (Programa nº “192–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores de Tema Estratégico.

Tabela 1 - Desempenho dos Indicadores de Tema Estratégico.

TEMA 1.9 – SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA					
Resultado Temático: População segura, com direitos fundamentais garantidos, em especial proteção à vida, à integridade física e ao patrimônio, com acesso a um sistema de justiça célere, resolutivo e humanizado, com ênfase nos grupos historicamente vulnerabilizados					
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização
Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual	Percentual geral de satisfeitos dos 7 blocos avaliados	2024	64,00	74,47	116,36
Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual	Percentual de processos baixados em relação ao número de casos novos	2024	121,24	105,90	87,35

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento dos Indicadores de Tema Estratégico do PPA 2024-2027– Período: janeiro-dezembro de 2024).



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

O “Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual” - IAD reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2024, visto que alcançou percentual de realização de 87,35% em relação à meta projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 105,90%, que se manteve superior a 100%, onde se computou um total de 649.489 casos novos e de 687.797 processos baixados, evidencia os esforços do Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes.

Cabe destacar que quando se compara o volume anual, observa-se um aumento de 10,63% de processos baixados em 2024 (687.797) em relação a 2023 (627.559), ao passo que o número de casos novos que ingressou em 2024 (649.489) foi 12,79% superior ao que ingressou em 2023 (575.833). Embora o TJCE tenha baixado mais processos do que recebe, o IAD não conseguiu bater a meta estipulada de 121,24%, pois o percentual de crescimento dos casos novos foi superior ao de crescimento de baixas. Cumpre informar ainda que, de todo o acervo, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano devido a prazos legais e processuais a serem cumpridos, a exemplo dos processos ingressados no fim do ano de 2024.

Desse modo, frente ao cenário de um volumoso acervo processual e da necessidade de aumento de produtividade, tanto o estabelecimento de metas na GAM quanto a disponibilização dos painéis de BI de gestão permitiram auxiliar as unidades judiciárias no planejamento de suas metas, de forma que pudessem alcançar o desempenho do indicador, não só pela própria unidade, como também pelo TJCE. Além disso, com os investimentos em transformação digital proporcionados pelo Programa de Modernização do Judiciário Cearense (Promojud), as soluções tecnológicas que começaram a ser desenvolvidas e implantadas (como robôs e ferramentas de IA) no âmbito do TJCE também têm contribuído para melhorar os indicadores de produtividade do Tribunal, o que se pode observar pelo crescimento de julgamentos e baixas processuais observado em 2024, em relação a 2023, de 14,7%, enquanto que em 2023 o crescimento do número de baixas em relação a 2022 foi de apenas 9,4%. Isso reforça, conforme mencionado acima, o esforço do Tribunal em dar vazão ao seu acervo processual, julgando e baixando mais processos do que o quantitativo que ingressa no ano. E a tendência é de que o indicador apresente melhoras nos próximos anos.

No que diz respeito ao indicador “Índice de satisfação da sociedade com a atuação do



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Poder Judiciário estadual”, este mensura a satisfação da sociedade através da aplicação de questionários em pesquisa realizada com jurisdicionados e sociedade com posterior análise Quali-Quanti das respostas obtidas, cujos formulários apresentaram perguntas objetivas sobre a atuação do Judiciário estadual, avaliando os seguintes temas/eixos: Acessibilidade, Atendimento prestado, Prestação de serviços, Uso da tecnologia da informação, Comunicação com a sociedade, Transparência nas informações e Infraestrutura dos prédios.

Em relação aos resultados do indicador, destaca-se que em 2024 o percentual de satisfação aumentou 2,73 pontos e o percentual de insatisfação caiu 4,8 pontos em relação à pesquisa do ano anterior. O resultado positivo era esperado, pois a pesquisa de 2024 contou com uma representatividade bem maior do interior do Estado (14 pontos a mais do que em 2023). Com isso, o resultado da percepção da sociedade com relação ao Poder Judiciário saiu de 71,74% em 2023 para 74,47% em 2024, refletindo os esforços e melhorias implementadas e executadas pelo Poder Judiciário cearense.

As principais entregas planejadas ou executadas por eixo do indicador foram:

1- Acessibilidade: Mudança para uso de linguagem simples em todas as certidões on-line emitidas pelo Sirece, iniciando pela Certidão para Candidatura do TRE; Implantação Certidão de Antecedentes Criminais Estadual Unificada; Implantação de plataforma de navegação indoor no prédio do Fórum Clóvis Beviláqua, que servirá para orientar deficientes visuais, além de diferenciar rotas para cadeirantes e trazer outros recursos que promovem acessibilidade, promovendo autonomia, dando consciência de localização ao usuário, permitindo a acessibilidade e a livre movimentação, com independência e segurança.

2- Atendimento prestado: Novo Modelo Humanizado e Inclusivo de Atendimento Ernst & Young – (14 protocolos de atendimento); Balcão Virtual no teams para todas as unidades judiciárias (23.007 atendimentos); TJCE Mobile (Autorização de viagem para menores de idade; Quero Conciliar; Área destinada à mulher vítima de violência doméstica e atores relacionados à temática; Consulta processual no Pje; Envio das notificações via push pelo WhatsApp); 32 CAJs (Centrais de Atendimento ao Jurisdicionado); Desenvolvimento de painel de monitoramento dos atendimentos; Aprimoramento da integração do sistema Sin- Contatos com a página do Balcão virtual no Portal do TJCE; Implantação do Canal de Agendamento eletrônico com Magistrados - Criação de um canal específico para agendamento de atendimento virtual com magistrados, conforme Resolução do Órgão Especial nº06/2023; Realização de atividade voltada para Magistrados e Servidores sobre a importância da escuta ativa para melhor servir; e Capacitação da equipe da Ouvidoria em parceria com a SECAP/FCB sobre



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

o atendimento sob perspectiva de gênero.

3- Prestação de serviços: Melhora do tempo de resposta da correção de erros, ação que visou melhorar a percepção do usuário final sobre o "Funcionamento sem problema do serviço digital", cujo processo de correção de erros em produção foi simplificado, diminuindo o tempo de atendimento de 80% dos casos de 63 dias para 25 dias; Melhoria dos fluxos e tecnologia do Sistema Pje, além das migrações concluídas em Direito Público, Precatórios, Cível Comum e Cível Especializada; e 38 novos robôs para a área judiciária.

4- Uso da tecnologia da informação: Centro de Operações de Segurança (SOC) (Empresa Network); Revisão de 10 Processos de Trabalho de Segurança da Informação; Aquisição de 02 Firewall de Grande Porte e antivírus (AntiMalware); Implementação e implantação de solução de inteligência artificial para agrupamento de atos judiciais (MIDAS); e Construção de pacote de robôs para agilizar atividades das Varas de Execução Penal.

5- Comunicação com a sociedade: Facilitar o acesso a ações institucionais nos diversos canais oficiais do TJCE; Análise da viabilidade de implantação de novos canais para público externo; Realização de campanhas educativas relacionadas a temas sociais relevantes; Criação de área específica para veiculação de campanhas externas na seção da Comunicação do Portal TJCE; e Divulgação de ações institucionais nos diversos canais oficiais.

6- Transparência nas informações: Revisão de informações de contato e Reestruturação da página do Balcão Virtual no Portal TJCE, para melhorar a usabilidade, facilitando a localização e o acesso.

7- Infraestrutura dos prédios: Reforma e ampliação da ESMEC; Reforma e ampliação dos Fóruns-Marco, Beberibe, Jaguaribe, Crato, Araripe, Quixadá, Ipueiras e Jardim.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas do programa finalístico em 2024.

Tabela 2 - Desempenho físico das Entregas do Programa.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

PROGRAMA 192-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.								
Objetivo específico	Entrega	Unidade	Meta física programa da para 2024	Realizado em 2024	% Execução Física	Loa + créditos 2024	Empenhado 2024	% Execução orçamentária-financeira
192.1 - Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Unidade	1.808,00	3.665,00	202,71	2.515.536,00	2.283.486,61	90,78
	1898 - UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Unidade	70,00	190,00	271,43	100.162.204,79	94.988.706,24	94,83
	1899 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Unidade	263,00	245,00	93,16	1.549.563.834,07	1.533.396.616,87	98,96
	1900 - SERVIÇO OFERTADO	Unidade	400.585,00	503.292,00	125,64	56.149.589,00	47.677.050,17	84,91
	2057 - UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA	Unidade	6,00	0,00	0,00	33.622.555,22	32.502.001,27	96,67
192.2 - Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da	1901- SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	12,00	42,00	350,00	42.156.452,98	39.185.012,40	92,95



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

transformação digital.								
192.3 - Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital.	1901- SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	2,00	2,00	100,00	9.887.463,98	8.676.297,76	87,75
	1902-CURSO OFERTADO	Unidade	5,00	83,00	1.660,00	1.924.843,04	1.364.518,04	70,89

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

O programa *EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL*, cujo público-alvo consiste nas partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral, tem como objetivos específicos e respectivas entregas ofertadas para o público-alvo: 1) **Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade** (*AGENTE PÚBLICO CAPACITADO; UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA; UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA; SERVIÇO OFERTADO; e UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA*); 2) **Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital** (*SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*); e 3) **Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital** (*SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA e CURSO OFERTADO*).

Durante o ano de 2024, o Programa apresentou R\$ 1.760.073.689,36 de recursos aplicados na oferta das seguintes entregas, cujos desempenhos foram: 1) *AGENTE PÚBLICO CAPACITADO*: os cursos de capacitação realizados contribuíram para capacitar 3.665 servidores e magistrados com um total de R\$ 2.283.486,61 de recursos empenhados, com realização de 202,71% de execução física e de 90,78% de execução financeira; 2) *UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA*: 190 unidades judiciárias estruturadas com um total de R\$ 94.988.706,24 de recursos empenhados, apresentando realização de 271,43% de execução física e de 94,83% de execução financeira; 3) *UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA*: todas as iniciativas realizadas contribuíram para manter 245 unidades judiciárias com um total de



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

R\$ 1.533.396.616,87 de recursos empenhados, apresentando realização de 93,16 % de execução física e de 98,96% de execução financeira; 4) *SERVIÇO OFERTADO*: foram 503.292 serviços cartorários gratuitos em todo o Estado com um total de R\$ 47.677.050,17 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 125,64% de execução física e de 84,91% de execução financeira; 5) *UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA*: ainda não houve entrega concluída, mas apresentou um total de R\$ 32.502.001,27 de recursos empenhados aplicados nas construções de fóruns, cuja execução das obras encontra-se em andamento, obtendo-se realização de 96,67% de execução financeira; 6) *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA* para aprimorar os serviços judiciais ofertados teve execução física de 42 entregas com um total de R\$ 39.185.012,40 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 350% de execução física e de 92,95% de execução financeira; 7) *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA* para fortalecer a governança e a gestão apresentou execução física de 2 entregas com um total de R\$ 8.676.297,76 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se realização de 100% de execução física e de 87,75 % de execução financeira; e 8) *CURSO OFERTADO*: houve a entrega de 83 cursos em transformação digital com um total de R\$ 1.364.518,04 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se 1660% de execução física e 70,89% de execução financeira.

É oportuno destacar que, entre as realizações das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, estão 35 robôs desenvolvidos, 06 ferramentas de inteligência artificial (IA) desenvolvidas, aquisição de processamento (servidores), Solução Tecnológica de Folha/RH e Solução Tecnológica de Gestão Estratégica Brisk. Encontram-se ainda em fase de execução: melhorias no Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE) e integração com o Processo Judicial Eletrônico (PJE), avanços para a absorção e implantação do sistema BANKJUS (sistema utilizado para integrar a Justiça às instituições bancárias), desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Arrecadação (SGA) - segunda fase, Solução Tecnológica de Backup, Solução Tecnológica de Armazenamento – Switch, Solução Tecnológica de Serviços Integrados para Solução de Colaboração, Solução Tecnológica de Virtualização de Servidores (lote 2), 05 ferramentas de inteligência artificial em desenvolvimento (Piloto Classificador de assuntos, Piloto Classificador de Petição Inicial, Piloto Classificador de Documentos, Piloto Grafo de Legislação, Piloto Busca Ativa de Jurisprudência), 10 robôs em desenvolvimento (Robô Realizar expedientes em lote no SEEU, Robô Autorizar viagem para menores de idade, Robô Juntada de Antecedentes – Vistas ao MP no PJE, Robô Cadastro e Distribuição SEEU, Robô Juntada e Implantação SEEU, Robô Redistribuição entre regimes na mesma unidade no SEEU – 3ª Vara de Execuções Penais, Robô Comunicação Automática SEEU, Robô Fiscalizar Medidas



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Alternativas à Prisão no SEEU, Robô Protocolo SISBAJUD e Robô Resposta SISBAJUD) e Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema para busca integrada de jurisprudência (SJURIS).

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas aos objetivos específicos *"Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade"*, *"Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital"* e *"Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital"* mostrou-se satisfatório no ano de 2024, considerando que as entregas atingiram suas metas previstas, conforme apontado na análise anterior, e a expectativa é de melhora ao longo dos anos seguintes, a despeito de haver uma única entrega (*UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA*) que ainda não apresentou execução física concluída, porém sua respectiva execução financeira está ocorrendo a contento para ações referentes a obras de construção de fóruns em andamento. Portanto, o desempenho do programa *EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL* vem se mostrando satisfatório, com bom progresso de execução físico-financeira das entregas, contribuindo para o alcance dos objetivos específicos do programa.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro do programa por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2024.

Tabela 4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro do Programa (por Órgão Executor).

PROGRAMA 192-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.						
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)						
Órgão Executor	Descrição	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenhado (B/A)	% Pago (C/A)



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.424.167.703,7 8	1.418.630.095,1 5	1.413.092.402,9 7	99,61	99,22
FERMOJ U	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	343.417.610,30	318.575.760,8	200.225.018,31	92,77	58,30
FUNSEG	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	8.364.765,00	4.775.847,00	3.115.153,37	57,09	37,24
FECDOJ	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	90,31	90,31
TOTAL		1.795.982.479,0 8	1.760.073.689,3 6	1.634.524.561,0 5	98,00	91,01

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

Tabela 5 - Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos).



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

Fonte	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)		% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	45.157.776,00	40.417.575,86	38.457.518,31		85,16
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	663.730,00	0,00	0,00		0,00
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.392.720.543,78	1.391.107.147,51	1.387.529.512,88		99,63
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	357.440.429,30	328.548.965,99	208.537.529,86		58,34
TOTAL	1.795.982.479,08	1.760.073.689,36	1.634.524.561,05		91,01

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

É possível verificar que, no geral, em 2024 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FECDOJ e FERMOJU, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa. Destaca-se que a execução orçamentária do órgão executor FERMOJU foi alavancada principalmente pelos



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

investimentos realizados em tecnologia da informação (infraestrutura e segurança), e na execução do Plano de Obras do Tribunal de Justiça (reformas, ampliações e construção de fóruns), que somaram R\$ 142,8 milhões de recursos empenhados, o que representou um acréscimo de 312,36% em relação aos investimentos executados em 2023.

Observa-se ainda que o FUNSEG, embora tenha apresentado execução orçamentário-financeira num patamar abaixo das outras fontes, evidenciou melhora de sua execução em 2024, alavancando o percentual de recursos empenhados para 57,09%, representando um aumento de 159,50% em relação à 2023. Isso se deu, especialmente, a partir do avanço da implementação do projeto setorial de *“Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário”*, que contribuiu para alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030. Entre as contratações previstas no escopo do projeto destacam-se os serviços de segurança armada, locação de pódios detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x.

No que diz respeito às Fontes de Recursos, destaca-se que as fontes *“756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA”*, *“500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS”*, *754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO”* e *“759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS”* também apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Destaca-se que a fonte *“754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO”*, na qual são executadas as contratações dos projetos do Promojud, apresentou um percentual 67,30% superior de execução em 2024 comparativamente a 2023, o que corroborou com os bons resultados apresentados das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, conforme reportado acima.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ

- ☐ Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- ☐ Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- ☐ Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- ☐ Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Tabela 01 - Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça.



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024
LEI Nº 18.664, de 29/12/2023
Consolidado por Órgão

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.860.771.401,00	1.890.642.113,21	1.884.591.343,20	1.878.118.959,26	99,68	99,34
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	379.274.245,00	447.362.865,00	413.065.351,60	270.136.322,44	92,33	60,38
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	10.000.000,00	10.000.000,00	4.832.400,00	3.146.710,89	48,32	31,47
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.032.400,00	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	90,31	90,31
Total Geral	2.270.078.046,00	2.368.037.378,21	2.320.581.081,20	2.169.493.978,99	98,00	91,62

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2024:

Tabela 02 - Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024
LEI Nº 18.664, de 29/12/2023
Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.860.771.401,00	1.890.642.113,21	1.884.591.343,20	1.878.118.959,26	99,68	99,34
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.435.940.504,00	1.467.334.043,04	1.467.002.283,32	1.463.881.890,32	99,98	99,76
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	406.644.206,00	417.134.115,51	411.675.088,22	408.323.097,36	98,69	97,89
44 INVESTIMENTOS	18.186.691,00	6.173.954,66	5.913.971,66	5.913.971,58	95,79	95,79

Fonte:

Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2024, representou 99,98% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:

Tabela 03 – Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais.



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024
LEI Nº 18.664, de 29/12/2023
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.435.940.504,00	1.467.334.043,04	1.467.002.283,32	1.463.881.890,32	99,98	99,76
03 PENSÕES	4.217.222,00	3.011.214,30	3.011.213,70	3.011.213,70	100,00	100,00
07 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	1.030.344,00	2.155.413,76	2.155.413,76	2.155.413,76	100,00	100,00
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.158.964.726,00	1.160.434.681,39	1.160.281.903,43	1.159.289.931,14	99,99	99,90
12 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	7.467.087,00	6.977.084,78	6.977.084,78	6.977.084,78	100,00	100,00
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	247.640.181,00	258.872.025,83	258.738.577,78	256.715.964,45	99,95	99,17
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.926.502,00	26.915.100,67	26.915.100,67	26.915.100,67	100,00	100,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.781.500,00	7.619.435,46	7.573.902,35	7.468.094,97	99,40	98,01
96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	912.942,00	1.349.086,85	1.349.086,85	1.349.086,85	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 04 – Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – FECDOJ



**ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024**
LEI Nº 18.664, de 29/12/2023
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	406.644.206,00	417.134.115,51	411.675.088,22	408.323.097,36	98,69	97,89
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	110.925.004,00	106.318.673,49	106.213.478,79	106.212.278,79	99,90	99,90
14 DIÁRIAS - CIVIL	4.604.147,00	3.664.707,43	3.629.489,34	3.629.489,34	99,04	99,04
15 DIÁRIAS - MILITAR	305.132,00	307.812,27	270.392,62	270.392,62	87,84	87,84
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	69.131,00	83.745,95	37.889,44	37.889,44	45,24	45,24
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.431.609,00	8.807.857,62	7.833.469,99	7.333.472,32	88,94	83,26
37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.770.483,00	3.985.570,37	3.973.917,24	3.370.137,01	99,71	84,56
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.256.648,00	1.386.214,80	769.314,60	769.314,60	55,50	55,50
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17.130.240,00	31.738.259,58	28.925.059,18	26.718.926,74	91,14	84,19
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	149.355.741,00	118.539.602,54	118.260.171,06	118.260.171,06	99,76	99,76
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	527.464,76	323.029,98	282.498,82	61,24	53,56
91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.002.223,00	2.824.910,60	2.766.110,60	2.766.110,60	97,92	97,92
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	101.792.848,00	138.949.296,10	138.672.765,38	138.672.416,02	99,80	99,80

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 05 – Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça – Investimentos.



**ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024**
LEI Nº 18.664, de 29/12/2023
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	18.186.691,00	6.173.954,66	5.913.971,66	5.913.971,58	95,79	95,79
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.637.325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15.449.366,00	3.243.487,00	2.983.504,00	2.983.503,92	91,98	91,98
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	2.930.467,66	2.930.467,66	2.930.467,66	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,04% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.



TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de 2024, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. Mantem o convênio com o Conselho de Presidentes dos Tribunais Justiça (CV SN-2022), que prevê na Clausula Terceira que o TJCE pagará anualmente a importância de R\$ 60 Mil reais correspondentes à contribuição para o custeio das despesas do CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA. Acrescenta-se, que no exercício de 2024, houve o repasse da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Rafaella Lopes Ferreira
Secretária de Governança Institucional